

Outro problema que incomoda muito é o consumo de drogas e bebidas por alguns turistas na presença dos jovens e das crianças, que correm o risco de serem influenciados para o vício. Ouvem-se, também, relatos de acontecimentos bizarros relacionados com turistas que se drogam na madrugada, atrapalhando o sono da comunidade local.

Quanto ao uso de bebidas, é um tema que gera controvérsias, já que algumas pessoas afirmam que antes da criação do Parque os tabuleirenses bebiam mais. De qualquer forma, supõe-se que o consumo de bebidas alcoólicas entre os habitantes tradicionais seja alto, baseando-se na freqüência com que se vêem bêbados perambulando pelas ruas. Porém, o que mais os irrita é o acúmulo de carros (falta estacionamentos) que dependendo da demanda, interdita as ruas que são na sua totalidade muito estreitas (Figuras 5.30 a 5.32).



Fig. 5.30: Acúmulo de carros no Povoado. (2004)



Fig. 5.31: Carros e motos obstruindo a passagem. (2004)



Fig. 5.32: Trânsito interrompido sobre a ponte do Rio Preto, no caminho entre o Povoado e o Parque, em dia de grande movimento. Foto: Amauri Elias. (2003)

O uso de animais como meio de transporte também traz alguns problemas. O pessoal amarra cavalos nas ruas que ficam sujas de estrume e urina de animal, causando mal cheiro em alguns locais (Figura 5.33).



Fig. 5.33: Animal nas ruas (usado como meio de transporte). (2006)

Do lado de baixo da igreja fica um curral e o adro da mesma é usado como pasto (Figuras 5.34 e 5.35). Além de animais como cavalos e vacas, que alguns moradores deixam a pastar, aparecem também algumas aves ciscando. Outro problema na paisagem, segundo o prof. Altamiro, é a presença de porcos no meio da rua. Conforme dados da Emater (2005), no distrito há um total de 550 suínos.



Fig. 5.34: Cavalos e aves pastando no adro da igreja. (2005)



Fig. 5.35: **Aspecto rural do Povoado de Tabuleiro, curral para 20 animais ao lado da igreja.** (2006)

O povoado, que era tranqüilo, já registra ocorrências de roubos, arrombamento de residências e comércio, que embora em número reduzido, não deixa de trazer preocupação para a comunidade, quanto à sua segurança.

Na paisagem social, paira a ameaça da segregação espacial (expulsão da população de origem, para áreas em piores condições), devido à especulação imobiliária, com a conseqüente não-inclusão dessa população nesse processo de desenvolvimento do ecoturismo no local.

Gradativamente, o contato com os visitantes e com os moradores recentes vai gerando novos costumes que, sem dúvida, resultarão no enfraquecimento ou no esquecimento das tradições, usos e costumes dos tabuleirenses, se estratégias de proteção e fortalecimento da cultura local não forem adotadas (Figuras 5.36 a 5.39).

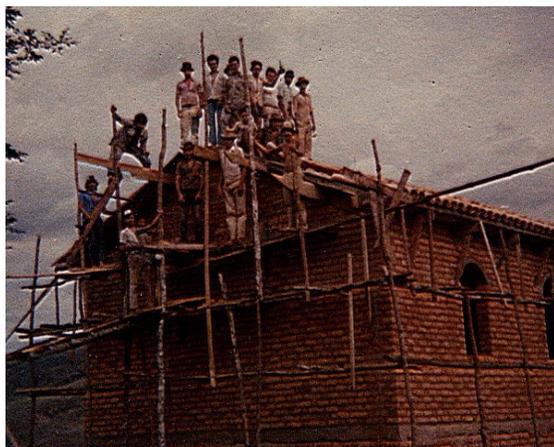


Fig. 5.36: **Manifestação cultural: marujada no Tabuleiro.** Foto: Samuel Taets. (2003)

Fig. 5.37: **Cultura tropeira no Povoado de Tabuleiro.** (2005)

Fig. 5.38: **Mutirão para construção da igreja local.** Foto: Álbum da família do Sr. Zé do Quim. (1987)

Fig. 5.39: **Fabricação artesanal de rapadura.** Foto: Gentileza de Lídia F. Costa. (s/d)

A partir dos fatos anteriormente apontados e do que se observa hoje na área, torna-se necessário cogitar respostas sustentáveis às questões levantadas durante a pesquisa e que estão relacionadas abaixo, às quais este trabalho tentará suscitar possíveis estratégias que conduzam gradativamente à diminuição até à eliminação dos problemas e ameaças que pairam sobre estas paisagens: – Como propiciar ao visitante um lazer que satisfaça suas expectativas, ou que vá além das mesmas, sem colocar em risco sua segurança pessoal e a integridade dos recursos naturais de um ecossistema que apresenta um razoável grau de fragilidade? – Como garantir a preservação dos aspectos mais expressivos da cultura tradicional de um povoado rural, rústico com todas as suas características? – Como garantir a proteção de seu rico patrimônio paisagístico e ambiental?

E quanto à cidadania da comunidade local: – Como despertar nos moradores a consciência da necessidade de se informarem mais e de se unirem para uma participação efetiva na tomada de decisões locais, para que tenham condições de participarem dos benefícios que o ecoturismo possa gerar?

A essas questões levantadas tentar-se-á dar respostas quando da elaboração das conclusões e recomendações. Porém antes tenta-se fazer um quadro sobre as Políticas, Planos e Ações implementados no Município e integrados aos que vêm sendo desenvolvidos nas Esferas Estadual e Federal, visando ao desenvolvimento turístico e à preservação da paisagem no município de Conceição do Mato Dentro, principalmente no Parque e no Povoado do Tabuleiro, a fim de se preparar para o futuro e também solucionar os inúmeros problemas do presente, surgidos do desenvolvimento desordenado e rápido das atividades turísticas no Município.

### **5.3 Políticas, Planos e Ações**

#### **5.3.1 Na Esfera Federal**

Na área federal, no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil<sup>22</sup>, o Ministério do Turismo promove a busca da ampliação da oferta turística nacional e a articulação deste programa com a política de desenvolvimento do turismo nos Estados, por meio de convênios. Isso se dá por meio da Secretaria de Políticas Públicas de Turismo e com apoio da Confederação Nacional do Comércio (CNC), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e do Serviço Social do Comércio (Sesc).

Como parte da estratégia de mobilização, promoção e comercialização de produtos turísticos desenvolvidos segundo as diretrizes e os princípios desse programa, lançado pelo governo federal em abril de 2004, o Ministério do Turismo realizou em junho de 2006, em São Paulo, a segunda edição do Salão do Turismo – Roteiros do Brasil.

O Ministério do Turismo tem investido para que alguns roteiros sejam trabalhados com padrão de qualidade internacional. No Estado de Minas Gerais, dentro dos roteiros

---

<sup>22</sup> Programa lançado pelo governo federal, em abril de 2004, em substituição ao Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que resulta na mudança do foco das políticas, que antes visavam ao município e atualmente, com o novo programa, o foco é na região.

turísticos selecionados para serem trabalhados, em 2006, visando à obtenção de padrão de qualidade internacional está o “Roteiro Serra do Cipó a Diamantina – Montanhas, Flores e Cachoeiras”, no qual Conceição do Mato Dentro se insere (Quadro 5.1).

Quadro 5.1: Roteiros turísticos trabalhados, em Minas Gerais, para obtenção de padrão de qualidade internacional.

a) Nome das regiões turísticas	b) Nome do roteiro turístico	c) Municípios	Segmentos turísticos
Circuito Turístico (CT) da canastra	Caminhos da canastra	Araxá Tapira Sacramento desemboque(distrito) São Roque de Minas São João da Serra da Canastra(distrito)	Ecoturismo Turismo Cultural Turismo Rural Turismo de Aventura
CT Parque Nacional da Serra do Cipó CT dos Diamantes	<b>Serra do Cipó a Diamantina – Montanhas, Flores e Cachoeiras</b>	Santana do Riacho Jaboticatubas Serro Diamantina Conceição do Mato Dentro	Ecoturismo Aventura
CT do Ouro CT Belo Horizonte CT Trilhas dos Inconfidentes CT das Grutas	Caminhos Reais nas Grutas e Cidades Históricas – 6 dias e 5 noites	Cordsburgo (gruta de maquine)  Sete Lagoas Belo Horizonte Santa Luzia Ouro Preto Mariana Congonhas Tiradentes São João Del-Rei	Turismo Cultural Turismo de Negócios e Eventos

Fonte: Ministério do Turismo – Secretaria Nacional de Políticas de Turismo – 2006.

Além disso, o Programa Nacional de Turismo pretende incrementar as atividades do projeto Estrada Real<sup>23</sup> na região do Caminho Velho e do Caminho Novo das Minas, que abrangem 156 cidades mineiras, sete em São Paulo e sete no Rio de Janeiro, sendo que Conceição do Mato Dentro faz parte dos dois roteiros (Figuras 5.40 e 5.41).

<sup>23</sup> Caminho de 440 km que, no Brasil Colônia, ligava o Rio de Janeiro a Diamantina, com o objetivo de permitir o escoamento do ouro e dos diamantes encontrados na região, enviados para a Coroa Portuguesa. O percurso foi refeito, recentemente, por uma expedição nomeada Spix & Martius, em homenagem aos dois naturalistas que passaram pela região no século 19, catalogando sua fauna e flora.



Fig. 5.40 e 5.41: O Povoado e o Parque do Tabuleiro no circuito Estrada Real e placa explicando o que é Estrada Real e sua importância para a história de Minas Gerais. Fonte do mapa: Prefeitura Municipal de Itabira – MG. Adaptação da autora. Foto: Dorothy Safe Carneiro. (2003)

Todas essas políticas desenvolvidas no âmbito nacional conjugam-se com as do âmbito estadual e municipal e vêm repercutindo no aumento da demanda de turistas pelas atrações do município de Conceição do Mato Dentro, principalmente pelo Parque Natural Ribeirão do Campo e pelo Povoado do Tabuleiro, que a cada dia incorpora novos elementos à sua paisagem (Figura 5.42).



Fig. 5.42: **Mudanças recentes na paisagem (à direita da entrada do Povoado de Tabuleiro).** (2006)

### 5.3.2 Na Esfera Estadual

Em Minas Gerais, a implementação do Programa de Regionalização do Turismo se dá pela articulação da Secretaria de Turismo (Setur) cujo grande eixo norteador é voltado para identificar vocações, desempenhando o Estado somente o papel de indutor. É ele que gera a política de desenvolvimento turístico, identificando as oportunidades de investimento e também atuando na conquista do investidor. A Setur trabalha fazendo a conexão entre o investidor e as oportunidades que se oferecem em Minas Gerais, conforme entrevista do Secretário Estadual do Turismo (ANGHINETTI, 2004, p. 6-8).

Em 2005, o resultado da articulação da política de desenvolvimento do turismo proposta pela Setur-MG com o Programa Nacional de Regionalização do Turismo implicou na identificação de dez regiões turísticas, a criação de 52 circuitos e o envolvimento de 528 municípios mineiros. Os produtos turísticos gerados com essas políticas foram apresentados no Salão de Turismo realizado em São Paulo (Quadro 5.2).

Quadro 5.2: Produtos turísticos apresentados por Minas Gerais no Salão do Turismo em São Paulo – 2005.

Região Turística	Produto Turístico	Municípios	Atividade/Segmento Turístico
Circuito Guimarães Rosa	Três Maria, Andrequicé, São Gonçalo do Abaeté	Araçai, Cordisburgo, Corinto, Curvelo, Lassance, Morro da Garça e Três Marias	Cultural, Ecológico, Eventos Programados e Rural
Circuito Trilha dos Inconfidentes	Tiradentes e São João Del Rei	Barbacena, Barroso, Carrancas, Conceição da Barra de Minas, Entre Rios de Minas, Coronel Xavier Chaves, Dores de Campos, Ibituruna, Lagoa Dourada, Madre de Deus de Minas, Nazareno, Antônio Carlos, Piedade do Rio Grande, Prados, Resende Costa, Ritópolis, Santa Cruz de Minas, São João Del Rei, São Tiago e Tiradentes	Aventura, Cultural, Ecológico, Eventos, Gastronômico, Histórico e Terceira Idade
	Tiradentes e São João Del Rei com Maria Fumaça		
Circuito Turístico das Grutas	Gruta do Maquine e Gruta do Rei do Mato	Caetanópolis, Capim Branco, Confins, Cordisburgo, Funilândia, Lagoa Santa, Matozinhos, Paraopeba, Pedro Leopoldo, Prudente de Moraes, Santana do Pirapama e Sete Lagoas	Aventura, Cultural e Ecoturismo
Circuito Turístico Parque Nacional da Serra do Cipó	Nômade Cordilheira do Espinhaço	Conceição do Mato Dentro, Itabira, Itambé do Mato Dentro, Jaboticatubas, Morro do Pilar, Nova União e Santana do Riacho	Aventura, Contemplação, Paisagístico, Cultural, Ecológico, Gastronômico, Histórico e Terceira Idade
	Serra do Cipó – 5 dias / 4 noites		
	Serra do Cipó – Montanhas, Flores e Cachoeira		
	Serra do Cipó – 8 dias / 7 noites		
	Tabuleiro – Conceição do Mato Dentro		
Circuito Turístico Villas e Fazendas de Minas	Itaverava	Carandaí, Catas Altas da Noruega, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Cristiano Ottoni, Itaverava, Lamim, Queluzito, Rio Espera, Santana dos Montes, São Brás do Suaçuí e Ressaquinha	Cultural, Ecológico, Gastronômico, Histórico e Rural
	Queluzito, Cristiano Ottoni		
Circuito Minas-Rio	Caminho da Luz – Tombos e Carangola	MG – Carangola, Tombos e Faria Lemos RJ - Natividade, Porciúncula e Varre-Sai	Aventura, Cultural, Ecoturismo, Histórico e Rural
Circuito Serras de Minas	Roteiro Pedagógico/Científico - Viçosa	Acaiaca, Araponga, Barra Longa, Guaraciaba, Guiricema, Paula Cândido, Ponte Nova, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Ubá e Viçosa	Cultural, Ecológico, Gastronômico e Rural
Circuito Trilhas do Rio Doce	Pico do Ibituruna + Vão duplo	Aimorés, Conselheiro Pena, Coroaci, Galileia, Governador Valadares, Guanhães, Peçanha, Resplendor, Santa Efigênia de Minas, Santa Maria do Suaçuí, São José da Safira, São João Evangelista, São Pedro do Suaçuí e Virginópolis	Ecológico e Rural
	Canoagem no Rio Doce		
	Surf de Cordeiras		
	Caminhada + Acuaride no Rio Suassuí		
Circuito Turístico da Canastra	Serra da Canastra	Araxá, Bambuí, Campos Altos, Ibiá, Medeiros, Perdizes, Sacramento, São João Batista do Glória, São Roque de Minas, Tapira e Tapiraí	Aventura, Contemplação, Ecológico e Paisagístico
	São João Batista do Glória		
	Roteiro Ecocultural		
Circuitos Integrados - Ouro - Trilha dos Inconfidentes - Villas e Fazendas	Roteiro Real – de Ouro Preto a Tiradentes pela Estrada Real	Ouro Preto a Tiradentes	Histórico e Ecológico
Circuitos Integrados - Rio de Janeiro – Diamantes -Trilha dos Inconfidentes - Ouro - Serra do Cipó - Diamantes	Estrada Real - Paraty a Diamantina	Paraty a Diamantina	
	Estrada Real – Ouro Preto a Diamantina	Ouro Preto a Diamantina	

Fonte: Ministério do Turismo – Secretaria Nacional de Políticas de Turismo.

Nota-se que as paisagens de Conceição do Mato Dentro fazem parte do Circuito Turístico Parque Nacional da Serra do Cipó junto a seis municípios vizinhos, e de dois circuitos integrados da Estrada Real.

Outra ação que está acontecendo no Estado de Minas Gerais, no âmbito do Programa, diz respeito à Rede de Cooperação Técnica para Roteirização, do convênio MTur/Embratur/Sebrae. Esta Rede é formada por representantes dos Órgãos Oficiais de Turismo das Unidades da Federação, do Sebrae e do Senac, bem como consultores independentes. Esta ação está sendo desenvolvida nas cinco macrorregiões. No Sudeste, o produto que está sendo implementado integra os Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, no Roteiro Estrada Real (citado anteriormente), que representa alto potencial como alternativa empregada para incrementar o turismo regional.

Um programa de incentivo ao desenvolvimento do potencial turístico da Estrada Real foi criado pelo Governo de Minas Gerais por meio da Lei estadual nº. 13.173, que já foi, inclusive, regulamentada. A Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) criou o Instituto da Estrada Real (IER) com a finalidade de organizar e gerenciar o produto turístico da região em bases profissionais e lucrativas, contribuindo assim para a geração de empregos e melhoria da renda.

Estimativas recentes da Embratur mostram que esta região pode atrair um grande contingente de turistas por ano, gerando um alto faturamento, mas mesmo com essas perspectivas otimistas da Embratur, deve-se refletir sobre o que essas potencialidades podem trazer, tanto de benefícios quanto com a possibilidade de que desse processo emirjam mais externalidades negativas que se juntariam aos problemas atuais do Povoado de Tabuleiro e de seu Parque Natural.

Supõe-se que a implantação deste projeto irá gerar um aumento na demanda de turistas pelas paisagens do Parque Municipal Ribeirão do Campo e do Povoado do Tabuleiro, similar ao que ocorreu quando da chegada do asfalto a Cardeal Mota, em 1987 (já relatada no início deste trabalho), mas com conseqüências mais drásticas para a paisagem, se não se tomar certas providências.

### 5.3.3 Na Esfera Municipal

Dentro desse contexto, a prefeitura de Conceição do Mato Dentro vem se equipando com instrumentos importantes e indispensáveis para direcionar o desenvolvimento sustentável do turismo e a conservação e preservação da paisagem na esfera municipal. Sua Lei Orgânica original foi promulgada em abril de 1990 e em 2004 recebeu sua última emenda.

Com a regulamentação do Estatuto da Cidade<sup>24</sup>, o Plano Diretor passou a ser um instrumento da política urbana obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes; integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; com áreas de especial interesse turístico; e situadas em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no país. O não cumprimento da regulamentação até outubro de 2006 acarretará aos municípios problemas para obtenção de financiamentos junto à União.

O Estatuto da Cidade defende a abordagem integrada das questões urbanas e ambientais pelos governos municipais, microrregiões e regiões metropolitanas, que deverão adotar como instrumentos de política urbana, entre outros, os Planos Diretores, a Ordenação do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, o Zoneamento e o Controle Ambiental. Tais instrumentos devem ser fundamentados na cooperação entre setor público, iniciativa privada e na ampliação da participação da sociedade civil organizada no processo decisório, como fator fundamental para a garantia do equilíbrio ambiental e da qualidade de vida das populações.

Conceição do Mato Dentro, apesar de ter uma população de 18.637 (IBGE 2000), mas por ser uma área de especial interesse turístico, instituiu seu Plano Diretor por meio da Lei Complementar nº. 020/2003 e está entre os 6% dos municípios brasileiros que possuem órgãos municipais do meio ambiente, segundo o IBGE. Possui uma Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo (Semat) e um Conselho Municipal de

---

<sup>24</sup> Nome dado a Lei Federal nº. 10.257 de 10 de julho de 2001, que tem por objetivo regulamentar os capítulos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que tratam da política urbana, tendo como princípios básicos a função social da propriedade, o bem-estar dos cidadãos, equilíbrio ambiental e a sustentabilidade urbana.

Defesa Ambiental (Codema)<sup>25</sup>, instalado em 1997, órgão importante para que o município atue no licenciamento ambiental.

O Plano Diretor de Desenvolvimento do município de Conceição do Mato Dentro (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003, p. 4) se define como:

Instrumento básico da política de desenvolvimento municipal, sob os aspectos físico, social e econômico, visando a sustentabilidade do município, atendendo às aspirações da comunidade e orientando as ações do poder público e da iniciativa privada.

Ele tem o objetivo de evitar a ocupação desordenada dos espaços urbano e rural, e é um instrumento de planejamento que integra todos os demais planos existentes no Município.

Os artigos 194 e 195 do Plano Diretor estabelecem as diretrizes gerais do Plano Municipal de Turismo, ao qual se subordina o desenvolvimento das atividades ecoturísticas no Parque Municipal Ribeirão do Campo, no Tabuleiro.

**Art. 194** - Face à importância de Conceição do Mato Dentro em termos de atrativos e potencial para o turismo, atividade esta que já vem se consolidando no Município, e a sua inserção em uma área mais ampla de potencial turístico também relevante (Circuitos Turísticos da Serra do Cipó, do Diamante, da Estrada Real), o desenvolvimento de um Plano Municipal de Turismo deverá se apoiar nas seguintes diretrizes:

- I - Adequação e melhoria das condições internas do Município para melhor receptividade e dinamização do fluxo de visitantes;
- II - Inserção do Município nos circuitos turísticos da região, visando a sua consolidação como um espaço mais amplo de atividades para o turismo;
- III - Implantação de planos de manejo das unidades de conservação, assim como dos atrativos naturais públicos e privados.

---

<sup>25</sup> Ao Conselho Municipal de Defesa Ambiental compete:

- I – exercer controle permanente, com a cooperação técnica do Estado, sobre a fauna e a flora;
  - II – fiscalizar e estabelecer punições para degradadores do meio ambiente;
  - III – adotar e implantar política ambiental, com prioridade para criação de parques municipais;
  - IV – preservar, nos limites da competência do Município, as paisagens naturais notáveis, incluídas cascatas, quedas d'água e grutas;
  - V – conscientizar a comunidade para a importância da preservação ambiental.
- Parágrafo único – A lei regulará a organização e o funcionamento do Conselho.

Obs. - Do artigo 195 foram transcritos apenas os itens considerados mais pertinentes a este estudo.

**Art. 195** - Deverá constar do Plano Municipal de Turismo, dentre outros itens:

I - Definição da vocação local e dos tipos de turismo que serão implementados e apoiados, considerando os atrativos do Município: cachoeiras, piscinas naturais, formações rochosas, sítios arqueológicos, cobertura vegetal, patrimônio histórico e cultural, festas religiosas e folclóricas;

X - Discussão com a comunidade e o envolvimento da mesma no processo de desenvolvimento do turismo;

XI - Integração com a educação ambiental, com a proteção e conservação do meio ambiente e com os canais de informação e divulgação;

XII - Capacitação dos agentes envolvidos e da comunidade em geral, com programas de conscientização da vocação local e seu significado para a economia municipal e da importância da preservação do seu patrimônio natural, histórico e cultural;

XIII - Envolvimento com os municípios próximos e entidades governamentais e não-governamentais que apóiam o desenvolvimento do turismo e o desenvolvimento regional, especialmente a Secretaria de Estado do Turismo e a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais.

O Plano Diretor estabelece, também, nos artigos 47 a 51 do capítulo VII, os critérios sobre o uso e a ocupação do solo no Povoado de Tabuleiro e região de entorno, conforme o Art. 47 transcrito abaixo:

Tendo em vista o potencial turístico do povoado de Tabuleiro, que se encontra inserido na APA Serra do Intendente Câmara e próximo ao Parque Municipal do Ribeirão do Campo, assim como de sua região de entorno, que abrange Parauninha e Candeias, deverão ser adotados critérios específicos de controle da ocupação e uso do solo no povoado e em seu entorno, de modo a compatibilizar o seu desenvolvimento com a preservação da sua riqueza natural e paisagística.

Pontos principais dos artigos 48 a 51: – o artigo 48 entre outros itens como infraestrutura e acessos, trata do estabelecimento de parâmetros urbanísticos tais como: tamanho mínimo de lotes, taxa de ocupação, taxa de permeabilidade e número máximo de pavimentos, que é igual a um; O art. 49 trata dos parcelamentos e desmembramentos; o art. 50 é sobre as exigências para os empreendimentos turísticos, entre elas: I – estudo da viabilidade econômica; II – previsão de retorno social e III – a elaboração de EIA, RIMA, RCA e PCA, de acordo com a legislação ambiental vigente; e no art. 51, tendo em vista a implementação da atividade turística, as ações a serem empreendidas, tais como: programas de capacitação local e educação ambiental, projetos de sinalização informativa e educativa, implantação de Centro de Apoio e Informação ao Turismo Local, entre outras.

Para atingir os objetivos do Plano Diretor, o Poder Público Municipal, através da Secretaria do Meio Ambiente e Turismo (Semat), tem desenvolvido projetos tais como, a conclusão do Terminal Rodoviário na sede do município, os projetos da Sinalização Turística e do Pórtico Turístico, que estão em andamento, assim como a implantação da sede do Parque Municipal Ribeirão do Campo e o início do projeto de implementação de suas trilhas (Figura 5.43).



**Fig. 5.43: Registro do início da implementação das obras da Trilha do Parque do Tabuleiro.** Foto: Édson Silva (2005).

Programas de capacitação de mão-de-obra para os setores formal e informal envolvidos no setor turístico têm sido implantados em parceria com as associações locais, com o Senai, o IER, o Senac e o Sebrae.

O Programa Sebrae de Turismo tem ajudado a fortalecer micro e pequenas empresas que atuam no setor e na qualificação de profissionais da área, enfocando o apoio à comercialização de produtos e serviços, só que essa atuação tem ocorrido na sede do município, e a população do Tabuleiro, pela ocasião do levantamento para a elaboração da agenda 21, teve a oportunidade de solicitar que ocorram também no Povoado.

Na área do meio ambiente, vêm sendo implementadas várias ações como o encaminhamento da Lei Ambiental específica para ser votada na Câmara dos Vereadores, criação de florestas comunitárias, plantio de 30 mil mudas doadas pelo IEF, recuperação de matas ciliares, criação da Brigada de Incêndios Florestais (Figura 5.44), apoio à criação da Associação de Condutores de Turismo, realização de Blitz Ecológicas nos feriados, realização anual da Semana Ecológica, (Figura 5.45), etc.

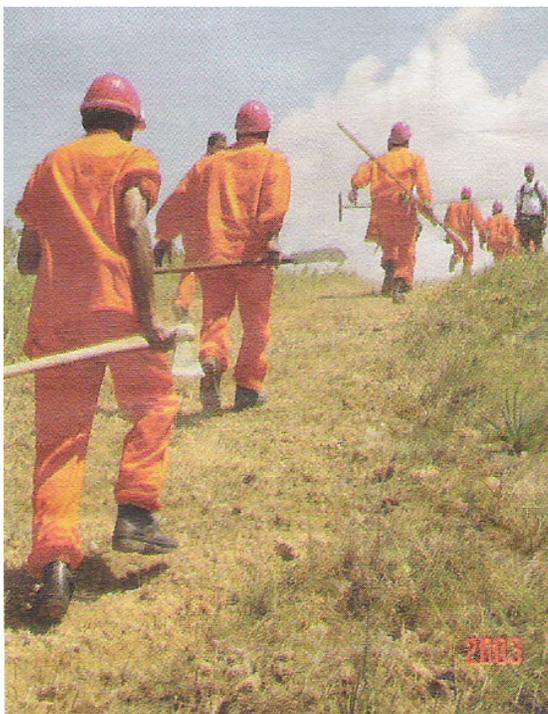


Fig. 5.44: Brigada de Incêndio.  
Foto: Luiz Cláudio F. de Oliveira. (2004)



Fig. 5.45: Programação da 11ª Semana Ecológica de Conceição do Mato Dentro – MG.  
Fonte: Semat. (anexo 4)

Além da implantação do Plano Diretor, o município está empenhado na elaboração da Agenda 21 local, que está sendo criada com base em oito temas: Saúde, Educação, Patrimônio Histórico, Patrimônio Natural, Agricultura Sustentável, Turismo Sustentável, Segurança e Direitos Humanos e Infra-Estrutura Rural e Urbana, sob a coordenação da Semat em parceria com a PUC-Minas, a Ong SAT e com os recursos do Ministério do Meio Ambiente e do Fundo Nacional do Meio Ambiente. Dentre 34 projetos de todo o Brasil, apenas sete foram aprovados em Minas Gerais, e Conceição do Mato Dentro foi o único município que conseguiu aprovar um projeto de Prefeitura Municipal sobre Educação Ambiental e Gestão das Águas.

Quanto a entidades voltadas para a questão ambiental, cita-se, além do Codema, a atuação da Ong Sociedade Amigos do Tabuleiro (SAT), que desde 1996 vem desempenhando papel de destaque na criação das unidades de conservação como o Parque Municipal Ribeirão do Campo, a APA e Parque da Serra do Intendente, a criação da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço e do Parque Salão de Pedras onde estão as nascentes que abastecem a cidade de Conceição do Mato Dentro (Figura 5.46).



Fig. 5.46: **Parque Natural Municipal Salão de Pedras em Conceição do Mato Dentro – MG.**  
Foto: Amauri Elias (2003).

Também, a atuação do Instituto Estadual de Florestas (IEF) e da Polícia Florestal, cujos recursos, segundo o Diagnóstico Municipal (SEBRAE-MG, 2000, p. 97), são

escassos para controlar as atividades predatórias da região. O posto do Ibama que atende à região situa-se na Serra do Cipó. Em 2003, a prefeitura formou a primeira brigada de incêndio da região através de convênio com o Ibama que levantou verbas junto ao Ministério do Meio Ambiente.

Registra-se, ainda, a atuação do Projeto Pepalantus, firmado entre a Prefeitura de Conceição do Mato Dentro e o Unicentro Newton Paiva, em 1999, visando proporcionar subsídios para o município buscar seu desenvolvimento sócio-econômico por meio do turismo sustentável. Entre outras ações importantes, esse projeto elaborou o inventário turístico do município.

#### 5.3.4 Influência da Conclusão da Pavimentação da Rodovia MG - 010

Uma ocorrência importante nesse contexto é a iminente conclusão do asfaltamento da rodovia MG-010, no trecho que liga o pé da Serra do Cipó à Conceição do Mato Dentro e que representa a solidificação de um sonho há muito esperado, promovendo a reintegração no mapa econômico e social de Minas, de toda uma região que ficou por muito tempo esquecida. A obra, por suas preocupações ambientais, está sendo considerada a primeira rodovia ecológica de Minas Gerais. Segundo o engenheiro do Departamento de Estrada de Rodagem (DER) foram respeitadas todas as exigências do Ibama e do Copam em relação aos cuidados ambientais (COUTINHO, 2002, p. 36). Entretanto, todo esse cuidado não foi suficiente para impedir a grande polêmica que a execução dessa obra gerou na região (OLIVEIRA, 2002b).

A conclusão da pavimentação da MG-010 promete mudanças na região, pois, com a descoberta das riquezas da paisagem, repleta de atrativos paisagísticos e históricos, uma nova proposta de crescimento socioeconômico começa a se desenhar. A finalização dessa obra representa um novo impulso no crescimento do turismo no município de Conceição do Mato Dentro, com destaque para os esportes ecoturísticos no distrito de Tabuleiro do Mato Dentro. Isso vem reforçar a necessidade de se organizar, através de um planejamento da paisagem, essas atividades no Parque e no Povoado, para evitar que seus impactos negativos se multipliquem.

## Considerações Finais

A mudança na paisagem, por diferentes causas, é um processo contínuo, visto que a paisagem é um sistema dinâmico onde interagem tanto fatores naturais como culturais. Mas as modificações decorrentes do turismo ou do ecoturismo geralmente ocorrem de forma mais acelerada e intensa e desse modo, as características que asseguram o caráter de uma determinada paisagem tendem a desaparecer e a provocar uma homogeneização das paisagens e a perda das suas características intrínsecas. A preocupação com a possibilidade de que isso aconteça com a paisagem do Tabuleiro caso não sejam tomadas providências quanto aos problemas já detectados e quanto ao encaminhamento de ações que direcionem o desenvolvimento sustentável do ecoturismo em consonância com as múltiplas funções da paisagem local é o que representa o cerne desta dissertação.

O distrito de Tabuleiro do Mato Dentro possui uma série de características que evidenciam as múltiplas funções da paisagem local, potencialidade que pode beneficiar tanto a comunidade que nela vive como, também, a outros utilizadores. Dessa paisagem se espera cada vez mais o desempenho de várias funções como: a produção tanto em quantidade como em qualidade tendo como parâmetro o contexto local; preservação dos recursos naturais e conservação da paisagem; o desenvolvimento das atividades de ecoturismo, e a manutenção da identidade e patrimônio cultural, trazendo melhorias na qualidade de vida da população local, por meio da geração de empregos e renda. Para que isso aconteça, seria recomendável a conciliação dessas funções por meio de um planejamento da paisagem.

A pesquisa revelou que a paisagem do distrito de Tabuleiro do Mato Dentro detém, também, uma série de atrativos com grande potencial para atividades ligadas ao ecoturismo e que o Parque Municipal Ribeirão do Campo tem uma importância muito grande como mola propulsora das políticas socioeconômicas a serem desenvolvidas no município de Conceição do Mato Dentro e até mesmo no estado de Minas Gerais.

O Município possui muitos outros recursos a serem explorados pelo turismo e integra roteiros de grande destaque nacional como o da Estrada Real, os circuitos turísticos da Serra do Cipó e o dos Diamantes que têm atraído muitos turistas. Porém, aquele que mais aparece e que faz a diferença, durante todo o ano (excetuando-se os períodos chuvosos) é o Parque Municipal Ribeirão do Campo. Sua importância se deve à cachoeira do Tabuleiro, atributo muito valorizado pelos amantes das práticas do ecoturismo, modalidade de turismo com maior demanda no Município e procurada por pessoas pertencentes a várias faixas etárias, levando ao Parque grande número de visitantes com bom poder aquisitivo. Mas, a ausência de um plano de manejo, a gestão deficiente do entorno do Parque, a fiscalização e vigilância insuficientes e deficientes, aliados à precariedade de sua infra-estrutura (falta de sinalização, de trilhas seguras, de guias instruídos) constituem sério problema para a preservação dos ecossistemas ameaçados.

Espera-se que, com a efetivação da infra-estrutura do Parque, sejam implementados os meios de monitoramento e controle que evitem a degradação das nascentes e córregos e o avanço dos processos erosivos provocados pela abertura improvisada de trilhas.

A criação do Parque trouxe várias mudanças que se traduzem em impactos positivos e negativos na paisagem. Além de possibilitar a ampliação das opções de lazer, serviu para chamar a atenção dos poderes públicos para as atrações naturais, possibilitando o incremento de políticas públicas e ações geradoras de recursos para a proteção da paisagem. Ressalte-se o significativo salto que o município deu em termos de criação de instrumentos jurídicos que permitem melhor conhecer e gerir paisagens, como a Lei Orgânica, o Plano Diretor, o Plano Municipal de Turismo e a elaboração da Agenda 21 local. A criação de órgãos municipais do Meio Ambiente, como a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo (Semat), do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental (Codema) e o encaminhamento da Lei Ambiental específica para ser votada na Câmara dos Vereadores representam avanços também consideráveis.

As atenções do poder municipal estão voltadas, prioritariamente, para o Parque e parece que a busca de soluções para os problemas do Povoado está num segundo plano. Todo esforço é direcionado no sentido de implementar as instalações do Parque, a fim de que ele possa cumprir as finalidades para as quais foi criado.

Os recursos financeiros repassados à prefeitura de Conceição do Mato Dentro pelo Ministério do Meio Ambiente (quatrocentos mil reais) e pelo Ministério do Turismo, pelas justificativas dos planos e ações desenvolvidos pela Secretaria do Meio Ambiente e Turismo (Semat), têm sido direcionados para beneficiar o Parque, cuja sede já está construída, faltando os equipamentos para o seu perfeito funcionamento. Além da construção da sede, essas verbas têm possibilitado, também, o início dos serviços de implementação da trilha que leva à cachoeira.

No que se refere aos impactos negativos quanto aos problemas ambientais e fundiários do Parque, faz-se necessário que a questão seja discutida no âmbito do Codema a fim de se superar os atuais impasses e chegar a uma solução plausível. Ao se condicionar a preservação do Parque à desapropriação de todos os moradores de sua área, há que se reconhecer que a maioria deles sempre aí esteve sem ocasionar maiores preocupações. Pequenos agricultores geram pequenos danos facilmente absorvidos pela capacidade de resiliência do Parque, não colocando em risco a conservação dos recursos naturais para as gerações futuras. Programas devem ser desenvolvidos objetivando transformar esses pequenos agricultores em guardiões da paisagem do Parque. Como se viu no capítulo 5, as agressões mais significativas que o Parque tem sofrido resultam de ações nocivas desenvolvidas por proprietários mais recentes, com maior poder aquisitivo, que embora tenham alto nível de escolaridade falta-lhes a necessária consciência ecológica. Esses, sim, deveriam ser desapropriados e convenientemente indenizados, antes que os estragos se tornem irreversíveis.

Apesar dos vários atributos e potencialidades levantados na área, nota-se que o Povoado tem desempenhado seu papel de ponto de apoio às atividades ecoturísticas de uma maneira desorganizada, pontual, e pouco profissional, enfrentando entraves relacionados à própria infra-estrutura instalada que não é suficiente para recebimento de numerosos visitantes. Como exemplo, vale lembrar a precariedade dos caminhos de acesso ao Povoado, ao Parque e aos demais atrativos turísticos, todos em terra, que chegam a ficar interrompidos ou pouco transitáveis em época de chuva, afastando interessados em conhecê-los.

A maioria dos atrativos do Parque e do Povoado do Tabuleiro carece de sinalização adequada, bem como de transporte coletivo até suas proximidades, se bem que, recentemente, placas de sinalização tenham sido colocadas em alguns lugares. Também é problemática a falta de banheiros públicos, quiosques, lixeiras e outros equipamentos nas áreas das cachoeiras e

piscinas naturais. Não se faz, aqui, alusão à simplicidade das acomodações locais, pois se considera que as pousadas são construídas prevendo um público conectado com a idéia de renúncia ao conforto urbano e aberto à possibilidade de experimentar situações em aposentos despojados, o que é justificado pela suposição de que o envolvimento com as atividades ecoturísticas pressupõe posturas que não valorizam o luxo e o consumismo.

Embora tenha proporcionado algumas melhorias para a população que reside ao seu lado, todo esse potencial que o Parque representa tem sido pouco explorado do ponto de vista de um planejamento, que além da preservação dos recursos da paisagem vise também o bem estar e o desenvolvimento econômico, social e político dos tabuleirenses.

A pesquisa revelou a necessidade de ampliação dos conceitos de cidadania e comunitarismo da população local, pois, apesar da adoção da prática do mutirão, para as atividades agrícolas e de construção, ser comum na comunidade, não há um comportamento coletivo para se resolver os problemas locais. Daí a preocupação com a organização do espaço do Povoado e a procura por estratégias que facilitem o engajamento coletivo da população. Uma sugestão de alternativa de solução do problema seria a edificação de um centro comunitário no Povoado. Esse centro comunitário, além de funcionar como posto de informações turísticas e de venda de produtos do artesanato, seria um núcleo de conscientização, onde aconteceriam reuniões, cursos de capacitação, educação ambiental e outras atividades que viessem contribuir para a valorização da identidade local e promovessem a união dos moradores na busca de soluções para seus problemas e por seus direitos.

Seria desejável que para a realização desse centro comunitário se pudesse contar com o apoio sinérgico de todos os segmentos da comunidade, principalmente das organizações não-governamentais que atuam no local como a Ascota e a Mato Dentro, com destaque para a SAT por suas investidas bem sucedidas visando à criação do Parque, da APA Serra do Intendente e da Reserva da Biosfera do Espinhaço. Aos órgãos públicos caberia a liberação de verbas para a edificação do centro e o oferecimento de cursos de formação e de capacitação para a comunidade. Na sede do Município seria formada uma equipe multidisciplinar para elaboração do projeto, após encontros com a comunidade que daria suas sugestões sobre o mesmo, acompanhando todo o processo. Novos serviços poderiam ser criados a partir dos recursos naturais que ocorrem em abundância na área estudada, tais como, por exemplo: canoagem, *bolder*, asa delta, arborismo e outros mais sugeridos pelo poder público local e pela comunidade.